

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA RBS PARTICIPAÇÕES S.A.

entre

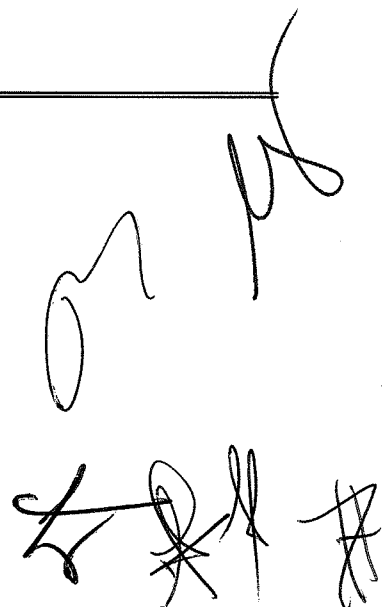
RBS PARTICIPAÇÕES S.A.,
como Emissora,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, *representando a*
comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente
Emissão, e

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.
RBS MÍDIA, DIGITAL E PARTICIPAÇÕES S.A.
RBS TV COMUNICAÇÕES S.A.
como Intervenientes Garantidoras

Datada de

2 de setembro de 2013



ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA RBS PARTICIPAÇÕES S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

RBS PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Érico Veríssimo, nº 400, Menino Deus, CEP 90160-180, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 68.737.857/0001-22 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (“JUCERGS”) sob o NIRE nº 43300032906, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33300014373, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário”;

e, na qualidade de intervenientes garantidoras, doravante designados conjuntamente “Fiadoras”,

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Ipiranga, nº 1.075, Azenha, CEP 90169-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.821.701/0001-00 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERGS sob o NIRE nº 43300005143, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

RBS MÍDIA, DIGITAL E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Érico Veríssimo, nº 400, 6º andar, Menino Deus, CEP 90160-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.431.094/0001-20 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERGS sob o NIRE nº 43300054306, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

RBS TV COMUNICAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Érico Veríssimo, nº 400, Menino Deus, CEP 90160-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.504.077/0001-48 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERGS sob o NIRE nº 43300045412, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social.

celebram a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RBS Participações S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na deliberação:

(i) da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 2 de setembro de 2013 ("AGE"), na qual foi deliberada aprovação da Emissão (conforme definida abaixo), bem como dos seus termos e condições;

(ii) da AGE da RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A., realizada em 2 de setembro de 2013, na qual foi deliberada a aprovação da outorga da Fiança; e

(iii) das Reuniões do Conselho de Administração ("RCAs") da RBS MÍDIA, DIGITAL E PARTICIPAÇÕES S.A. e da RBS TV COMUNICAÇÕES S.A., ambas realizadas em 2 de setembro de 2013, nas quais foi deliberada a aprovação da outorga da Fiança.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1.1 As atas da AGE da Emissora e da RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A., bem como das RCAs da RBS MÍDIA, DIGITAL E PARTICIPAÇÕES S.A., e da RBS TV COMUNICAÇÕES S.A. serão devidamente arquivadas na JUCERGS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal Zero Hora, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62, art. 130 e §1º do art. 142 da Lei nº 6.404/76, conforme aplicável.

2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados na JUCERGS, conforme disposto do artigo 62, inciso II, e artigo 62, parágrafo 3º, respectivamente, ambos da Lei nº 6.404/76. Sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea “e)” abaixo, vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCERGS deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do respectivo registro.

2.1.2.2 Em virtude da Fiança prestada pelas Fiadoras, definida no item 4.17.1, abaixo, a presente Escritura deverá ser levada a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da assinatura desta Escritura. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o registro em ambos os cartórios, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada.

2.1.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM nº 476/09”), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Registro na ANBIMA

2.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 De acordo com o artigo 3º do estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por atividade econômica principal, a prestação de serviços de comunicação em geral, inclusive radiodifusão em suas diferentes modalidades e mídia impressa e, como atividades secundárias, a organização, promoção e publicidade de eventos em geral, a participação no capital de outras sociedades e, ainda, a prestação de serviços de assessoria econômico-financeira e administrativa.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos ("Emissão").

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 14.000 (quatorze mil) debêntures ("Debêntures").

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 O banco liquidante e o escriturador mandatário serão, respectivamente, o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-902, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.6.2 O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, entre outras atribuições definidas em normas da CETIP.

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados a capital de giro da Emissora e do grupo de que faz parte, bem como para reforço de caixa da Emissora.

3.8 Registro na CETIP

3.8.1 As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos; e (b) negociação no mercado secundário por

meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas pela CETIP.

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos (“Oferta Restrita”), sob o regime de garantia firme de subscrição para o montante de R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), que será prestada pelo Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 (“Coordenador Líder”), observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do “Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 2ª Emissão Pública da RBS Participações S.A.”, celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora (“Contrato de Colocação”).

3.9.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.3 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definição abaixo, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 15 e 13, respectivamente, da Instrução CVM nº 476/09, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

3.9.4 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 409/04”), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (b) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; e (c) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.5 O Coordenador Líder não realizará a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.6 A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores nesse período.

3.9.7 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476/09, tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados, observado ainda o disposto no item 3.9.4 acima.

3.9.8 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definição abaixo ("Valor Nominal Unitário").

4.2 Data de Emissão

4.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 16 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.3 Forma e Emissão de Certificados

4.3.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das

Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.

4.5 **Conversibilidade**

4.5.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.6 **Espécie**

4.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

4.7 **Subscrição**

4.7.1 *Prazo de Subscrição*

4.7.2 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Colocação e do disposto no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09.

4.7.3 *Preço de Subscrição*

4.7.3.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme definição constante do item 4.18.2 abaixo, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.8 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.8.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.9 **Direito de Preferência**

4.9.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures, inclusive no que se refere aos atuais acionistas da Emissora.

4.10 **Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.10.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.11 **Repactuação**

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12 **Condições de Pagamento**

4.12.1 Os pagamentos relativos às Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12.2 O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

4.12.2.1 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário.

4.13 **Prorrogação dos Prazos**

4.13.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, ou na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.14 Encargos Moratórios

4.14.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures ou de outras consequências previstas nesta Escritura, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

4.15 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios pelo período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16 Publicidade

4.16.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas deverão ser publicados sob a forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal Zero Hora, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data de sua realização.

4.17 Garantia

4.17.1 Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas pela Emissora na presente Escritura, as Fiadoras prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.17.2 As Fiadoras declaram-se, neste ato, perante os Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, por todas as obrigações pecuniárias da Emissora assumidas no âmbito da Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de

2002 ("Código Civil"), incluindo o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emissora e pelas Fiadoras nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura ("Obrigações Garantidas").

4.17.3 As Obrigações Garantidas serão pagas por quaisquer das Fiadoras em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário às Fiadoras. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura.

4.17.4 As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

4.17.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer das Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.17.6 As obrigações das Fiadoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.17.7 As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto do item 4.17.1 acima, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que cada uma das Fiadoras obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente a parcela que lhes compete das Obrigações Garantidas.

4.17.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.17.9 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, e/ou desta Escritura. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

4.17.10 As Fiadoras se obrigam a, caso recebam qualquer valor da Emissora e/ou de qualquer das demais Fiadoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura, repassar, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data em que for verificada a existência de valores exigíveis e não pagos, nos termos desta Escritura.

Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para excussão da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

4.18 **Características Básicas das Debêntures**

4.18.1 *Prazo e Data de Vencimento*

4.18.1.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 16 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate e vencimento antecipados previstas na Cláusula 5 desta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.18.2 *Remuneração das Debêntures*

4.18.2.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 (um) dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um spread de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis,

incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo ("Remuneração").

4.18.2.2 Define-se como "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.18.2.3 A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 16 dos meses de março e setembro, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 16 de março de 2014 e o último pagamento da Remuneração será devido em 16 de setembro de 2019, na Data de Vencimento.

4.18.2.4 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator Juros" Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

onde:

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

"n" corresponde ao número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

spread = 1,90 (um inteiro e noventa centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

4.18.2.5 Outros Aspectos Relativos à Remuneração

4.18.2.5.1 O cálculo da Remuneração das Debêntures acima está sujeito às seguintes observações:

- a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

- b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- c) caso os fatores estejam acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- d) o fator resultante da expressão (FatorDIxFatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- e) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.18.2.5.2 Observado o disposto no item 4.18.2.5.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável.

4.18.2.5.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias úteis acima ou à data de extinção, Assembleia Geral de Debenturistas para que estes, por voto favorável correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, definam, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas dos itens 4.18.2.4 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente.

4.18.2.5.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.18.2.5.5 Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a taxa substituta, na Assembleia realizada conforme o item 4.18.2.5.3 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, alternativamente:

- a) resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, ocorrerá o cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal

Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário , acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas serão utilizadas as fórmulas do item 4.18.3.4 acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI_k divulgada oficialmente; ou

- b) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em Circulação durante o cronograma estabelecido pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, as Debêntures farão jus à última Taxa DI divulgada oficialmente, aplicando-se o prêmio indicado na Cláusula 5.2.3 desta Escritura.

4.19 Amortização Programada das Debêntures

4.19.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, a partir do 5º (quinto) ano a contar da Data de Emissão, em parcelas sucessivas, de acordo com a tabela abaixo, ressalvadas as hipóteses de resgate ou vencimento antecipados, conforme o caso.

DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
16 de setembro de 2018	50%
16 de setembro de 2019	50%

5. DA OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Oferta de Resgate Antecipado

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, observado o disposto no artigo 55, §3º, I, da Lei nº 6.404/76, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 5.1.2 abaixo, endereçada a todos os titulares de Debêntures sem distinção, sendo assegurado aos mesmos igualdade de condições para aceitar a oferta das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado"), mediante publicação de comunicação nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76 ("Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado"), com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data pretendida para o resgate ("Data da Oferta de Resgate Antecipado"), devendo a Emissora enviar uma cópia do Comunicado de Oferta

de Resgate Antecipado ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e à CETIP até 2 (dois) dias úteis a contar da publicação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, definem-se como “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e, (b) exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (1) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (2) acionistas controladores da Emissora; e (3) administradores da Emissora, seus cônjuges e parentes até 2º grau.

5.1.3 No Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado deverão constar os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) a Data da Oferta de Resgate Antecipado; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado; (d) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; (e) se a Oferta de Resgate Antecipado será condicionada à aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (f) quaisquer outras informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e para a operacionalização do resgate antecipado.

5.1.4 O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data da Oferta de Resgate Antecipado, acrescida ou não de prêmio, conforme previsto no Comunicado da Oferta de Resgate Antecipado.

5.1.5 Após a publicação do Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar à Emissora, nos termos do Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual a Emissora terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto de resgate antecipado serão resgatadas em uma única data.

5.1.6 Caso as Debêntures sejam custodiadas na CETIP, a Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizada conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas deste processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.1.7 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

5.2 Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 A partir de 17 de setembro de 2014, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura, proceder ao resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 5.1.2 acima) ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o envio de notificação direcionada aos Debenturistas com aviso de recebimento ou, não havendo dados comprovados de correspondência dos Debenturistas, mediante procedimento previsto na Cláusula 4.16.1 desta Escritura, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de pagamento do resgate antecipado facultativo ("Comunicação de Resgate"), a qual deverá obrigatoriamente constar da Comunicação de Resgate ("Data de Resgate Antecipado Facultativo"), devendo a Emissora enviar uma cópia da Comunicação de Resgate ao Agente Fiduciário e à CETIP até 2 (dois) dias a contar da publicação.

5.2.2 A Comunicação de Resgate deverá conter as seguintes informações: (a) a Data de Resgate Antecipado Facultativo; (b) o valor de resgate a ser pago aos titulares de Debêntures; (c) o valor do prêmio a ser pago, conforme definido na Cláusula 5.2.3 abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

5.2.3 O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo ("Valor de Resgate Antecipado"), acrescido de um prêmio ("Prêmio de Resgate") sobre o Valor de Resgate Antecipado, conforme abaixo:

PERÍODO DE RESGATE ANTECIPADO	PRÊMIO DE RESGATE
Entre 17 de setembro de 2014 e 16 de setembro de 2015, inclusive	0,60%
Entre 17 de setembro de 2015 e 16 de setembro de 2016, inclusive	0,50%
Entre 17 de setembro de 2016 e 16 de setembro de 2017, inclusive	0,40%
Entre 17 de setembro de 2017 e 16 de setembro de 2018, inclusive	0,30%
Após 17 de setembro de 2018, inclusive	0,20%

5.2.4 Os valores relativos ao Prêmio de Resgate serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Valor de Resgate Antecipado.

5.2.5 As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

5.3 Amortização Extraordinária

5.3.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 1 (um) ano contado da Data de Emissão e observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura, amortizar extraordinariamente até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso, por meio de rateio proporcional a todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Extraordinária"), mediante o envio de notificação direcionada aos Debenturistas com aviso de recebimento ou, não havendo dados comprovados de correspondência dos Debenturistas, mediante procedimento previsto na Cláusula 4.16.1 desta Escritura ("Comunicação de Amortização Extraordinária"), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da efetiva data de Amortização Extraordinária ("Data de Amortização Extraordinária").

5.3.1.1. Qualquer Amortização Extraordinária em valor superior ao indicado não poderá ser realizada, devendo ser substituída por Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures.

5.3.2 A Comunicação de Amortização Extraordinária deverá conter as seguintes informações: (a) a Data de Amortização Extraordinária; (b) o valor das Debêntures a ser amortizado; (c) o valor do Prêmio de Resgate; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

5.3.3 O valor da Amortização Extraordinária devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Extraordinária, acrescido do Prêmio de Resgate, conforme previsto na Cláusula 5.2 desta Escritura.

5.3.4 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, a Amortização Extraordinária deverá ocorrer conforme procedimentos adotados pela CETIP. Para tanto, a CETIP, o Banco Liquidante, e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da realização da Amortização Extraordinária.

5.4 Vencimento Antecipado

5.4.1 O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial,

todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* conforme o disposto nesta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- a) identificação de falsidade ou incorreção em qualquer aspecto relevante, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou por quaisquer das Fiadoras no âmbito da Emissão, desde que não sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do conhecimento do fato;
- b) inadimplemento pela Emissora ou pelas Fiadoras das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento não sanadas no prazo de 1 (um) dia útil contado do referido inadimplemento;
- c) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes de empréstimos e demais obrigações financeiras a que esteja sujeita a Emissora, e/ou suas controladas e/ou controladoras, ou ainda as Fiadoras, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, respeitando eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos;
- d) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, que não seja sanado no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados do conhecimento de tal descumprimento pela Emissora, ou da notificação a respeito feita pelo Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
- e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra as Fiadoras, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões), que não seja sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da oferta de tal protesto salvo se (1) for validamente comprovado pela Emissora ter sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (2) for cancelado ou tenha seus efeitos sustados por decisão judicial, ou, ainda, (3) forem prestadas pela Emissora ou pelas Fiadoras, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo, exceto por fianças bancárias e seguro garantia;
- f) descumprimento de qualquer sentença arbitral definitiva ou decisão judicial transitadas em julgado em nome da Emissora ou das Fiadoras cujo valor, em conjunto ou isoladamente, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

- g) extinção, liquidação, dissolução, insolvência decretada, pedido de recuperação judicial, independentemente do deferimento de seu processamento, ou apresentação de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor, independentemente de sua homologação judicial, pedido de autofalência ou de decretação de falência, ou, ainda, ocorrência de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, Fiadoras e/ou qualquer de suas controladas;
- h) execuções judiciais de qualquer natureza nas quais a Emissora ou qualquer das Fiadoras figure no polo passivo, que gere passivo ou contingência em valor agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por empresa, para as quais não tenha sido proposta medida judicial capaz de suspender seus efeitos;
- i) recebimento de autuação por órgãos governamentais de caráter, dentre outros, fiscal, ambiental, trabalhista, relativo a saúde ou segurança ocupacional, ou de defesa da concorrência que possa afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou de suas controladas e que não tenha seus efeitos suspensos em até 30 (trinta) dias contados de seu recebimento por meio de contestação, reclamação, recurso ou qualquer ato da Emissora na esfera judicial ou administrativa.
- j) não-obtenção, não-renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, emitidas pelos órgãos públicos competentes em nome da Emissora para operar e manter as atividades por ela desenvolvidas conforme o curso normal de seus negócios;
- k) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora ou de qualquer das Fiadoras, que resulta na perda ou indisponibilidade de tais ativos pela Emissora ou qualquer das Fiadoras por mais de 30 (trinta) dias;
- l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- m) mudança do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu Estatuto Social vigente na Data de Emissão, exceto se (1) previamente autorizado por titulares de Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures e Circulação, ou (2) não resultar em alteração de suas atuais atividades principais ou acréscimo, a essas atividades, de novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora;

- n) destinação dos recursos captados por meio desta Escritura para finalidade diversa da prevista no item 3.7.1, acima;
- o) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- p) não observância do índice financeiro calculado de acordo com o Anexo I desta Escritura ("Índice Financeiro");
- q) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto (1) por aqueles já existentes nesta data; (2) se envolver ativos ou bens em valor patrimonial individual ou agregado em valor inferior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais); ou (3) se houver prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- r) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se para fins de absorção de prejuízos acumulados;
- s) pagamentos de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora e as Fiadoras estejam inadimplentes com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76;
- t) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404/76) direto ou indireto, da Emissora, exceto se (1) previamente autorizado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (2) decorrente de sucessão legal, na hipótese de morte de quaisquer pessoas físicas acionistas da Emissora;
- u) em caso de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto (1) se a referida cisão, fusão, incorporação ou reorganização societária ocorrer dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, ou (2) se houver prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, nos termos do Artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
- v) anulação, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura;

- w) se a Fiança (1) for objeto de questionamento judicial pela Emissora e/ou pelas Fiadoras; (2) for anulada; (3) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida; ou (4) tornar-se insuficiente nos termos do artigo 333, III, do Código Civil, observado o parágrafo único do mesmo artigo; exceto se for apresentada garantia substituta em até 10 (dez) dias contados da ocorrência de um dos itens descritos acima, e se tal garantia substituta for aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas.

5.4.2 Para os fins de que trata esta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- a) a data em que ocorrer os Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas a), b), c), e), f), g), h), j), k), l), n), o), r), s), u) e v) do item 5.4.1, acima, ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), respeitados os prazos de cura expressamente previstos nas respectivas alíneas, mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 5.4.6 abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o vencimento antecipado das Debêntures será considerado como declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- b) em relação aos demais eventos listados no item 5.4.1, acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), a data em que se realizar, em primeira ou segunda convocação, a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.4.3, abaixo, ou, na hipótese do item 5.4.4, abaixo, em que o Agente Fiduciário declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.4.3 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação, pelos Debenturistas, sobre eventual não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.4.4 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.4.3, acima, não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.4.5 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.4.3, acima, será necessário o quorum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures.

5.4.6 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos do item 11.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à Emissora, à CETIP e ao Banco Liquidante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados (a) da data em que tomar ciência da ocorrência de Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática ou (b) da Data de Vencimento Antecipado relativa a Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD.

5.4.7 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados do protocolo da comunicação mencionada no item 5.4.6 acima ou da recepção, pela Emissora, da referida comunicação com aviso de recebimento, o que ocorrer primeiro. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

5.4.8 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de término do prazo acima referido até a data de seu efetivo pagamento.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

6.1 Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora adicionalmente se obriga a:

a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- 1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias (i) após o término do 1º (primeiro) semestre de cada ano, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao semestre encerrado; (ii) após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (iii) após o término de cada exercício social, declaração de qualquer diretor com poderes para tanto, de que a Emissora está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- 2) dentro de, no máximo, 95 (noventa e cinco) dias após o término de cada exercício social, relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento do Índice Financeiro calculado pela Emissora, devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, conforme detalhado no Anexo I à presente Escritura, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção deste e assinado por representante legal da Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais

esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A primeira verificação do Índice Financeiro se dará com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013;

- 3) dentro de, no máximo, 95 (noventa e cinco) dias após o término de cada semestre, relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento do Índice Financeiro calculado pela Emissora, devidamente revisado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, conforme detalhado no Anexo I à presente Escritura, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção deste e assinado por representante legal da Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A primeira verificação do Índice Financeiro se dará com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013;
- 4) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada. A Emissora é responsável pela suficiência, consistência, qualidade e veracidade das informações fornecidas por ela, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- 5) dentro de 5 (cinco) dias após sua realização, (i) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da Assembleia ou reunião e a ordem do dia; e (ii) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas da Emissora;
- 6) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados relacionados às Debêntures e/ou à Emissão;
- 7) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$ 5.000.000,00

(cinco milhões de reais) individualmente ou, em conjunto, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação, caso a Emissora decida não se manifestar, ou em até 10 (dez) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada de cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M");

- 8) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.4.1 acima no prazo de até 1 (um) dia útil após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
 - 9) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCERGS e nos competentes cartórios de títulos e documentos em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do seu arquivamento; e
 - 10) cópia da ata da AGE devidamente arquivada na JUCERGS, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do seu arquivamento;
- b) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea "e)", desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento de eventuais aditamentos na JUCERGS, em até 3 (três) dias úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
 - c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso seja cabível ao Agente Fiduciário e este não o faça;
 - f) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
 - g) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos sob todas as leis e regulamentações aplicáveis, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

- h) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, ordens, normas administrativas e determinações de órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aqueles questionados de boa fé nas esferas administrativa e judicial ou sanados;
- k) praticar todos os atos necessários para manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a manutenção do regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por quaisquer de suas controladas, conforme o curso normal de seus negócios, exceto por qualquer não-obtenção, não-renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e licenças questionados de boa fé nas esferas administrativa e judicial ou sanados;
- l) notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ciência, (1) sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, (2) sobre a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas e (3) sobre qualquer evento, em decorrência do qual, as demonstrações financeiras da Emissora deixem de refletir a real condição econômica e financeira da Emissora;
- m) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- n) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- o) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário;

- p) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- 1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - 2) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - 3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - 4) manter os documentos mencionados no subitem "3)" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - 5) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - 6) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- q) fornecer as informações solicitadas pela CVM
- r) cumprir o disposto na legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social, bem como efetuando todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- s) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP, e tomar todas e quaisquer outras providências necessárias à manutenção das Debêntures;

- t) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura, O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;
- u) enviar, ao Agente Fiduciário, o organograma societário, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM nº 28/83"), em até 30 (dias) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização à CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- v) notificar em até 2 (dois) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas; e
- w) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo e vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro.

6.2 As despesas a que se refere a alínea "t)" do item 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- b) extração de certidões;
- c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível, antecipadamente aprovadas pela Emissora; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

6.3 Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, cada uma das Fiadoras adicionalmente se obriga a:

a) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, ordens, normas administrativas e determinações de órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aqueles questionados de boa fé nas esferas administrativa e judicial ou sanados; e

b) praticar todos os atos para manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a manutenção do regular exercício das atividades desenvolvidas pela Fiadora ou por quaisquer de suas controladas, conforme o curso normal de seus negócios, exceto por qualquer não-obtenção, não-renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e licenças questionados de boa fé nas esferas administrativa e judicial ou sanados.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, é nomeada como agente fiduciário desta Emissão e expressamente aceita, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente

Fiduciário não implicará em aumento da remuneração originalmente estabelecida nesta Escritura.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 7º e 8º da Instrução CVM nº 28/83.

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCERGS e registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações nos termos desta Escritura e da legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- i) intimar a Emissora a respeito de eventual deterioração ou depreciação da Fiança;
- j) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.16.1 acima;
- l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- 1) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - 2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 5) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- 6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- 7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- 8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- 9) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança prestada nos termos da presente Escritura;
- n) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- 1) na sede da Emissora;
 - 2) no seu escritório;
 - 3) na CETIP;
 - 4) na CVM; e
 - 5) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- o) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;

- r) disponibilizar o cálculo do Valor Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- t) sem prejuízo do disposto no item 5.4.6, acima, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias em que tomar conhecimento, ou nos prazos específicos determinados nas demais cláusulas da Escritura, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- b) requerer a falência da Emissora;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade dos Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (d) acima.

7.6 Serão devidos, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$4.000,00 (quatro mil reais), devida

pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura da Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.6.1 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.6 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de cada data de pagamento e até cada data de pagamento subsequente, calculada *pro rata die*, se necessário.

7.6.2 Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata o item 7.6 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (a) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e (e) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.6.4 A remuneração prevista no item 7.6 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.6.5 Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.6.6 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios, incluindo:

- a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e

- c) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.7 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima, por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas (sendo que as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração); e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Será arcada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, e ainda, poderá o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.8 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma prevista no item 7.6.7 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência na ordem de pagamento.

7.6.9 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

7.6.10 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

7.6.11 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (d) pela CVM.

8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, em conjunto, 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto (a) quando de outra forma prevista nesta Escritura e (b) nas hipóteses de alteração de prazos, garantias, quórum de votação, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate, ou das hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário que implique alteração de qualquer hipótese de vencimento antecipado

prevista nesta Escritura, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando, em conjunto, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.8.1 A alteração dos quóruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
- e) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- f) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- g) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- h) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- i) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;

- j) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- k) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("1ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 12 de julho de 2021, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da sua emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A., conforme previsto na escritura de emissão.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

10.1 A Emissora e cada uma das Fiadoras declaram e garantem que:

- a) no que se refere à Emissora, é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas, inclusive em relação à Fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e das Fiadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições ;
- d) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- e) a celebração da Escritura, seus termos e condições, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a colocação das Debêntures (1) não infringem seus documentos societários, (2) não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora ou qualquer das Fiadoras seja parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura, inclusive em relação à Fiança, (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa (4) não resultarão em (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação

estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de qualquer das Fiadoras, exceto por aqueles já existentes nesta data;

- f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer órgão público ou regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora ou por cada uma das Fiadoras, de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura na JUCERGS e nos cartórios competentes, bem como pelo registro das Debêntures na CETIP;
- g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que a impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- i) no que se refere à Emissora, manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- j) não tem conhecimento acerca da existência de (1) descumprimento, pela Emissora, de qualquer disposição contratual relevante ou legal ou de ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer ação ou processo judicial, administrativo ou arbitral ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental (i) que possa, de qualquer modo, afetar a capacidade financeira da Emissora, as Debêntures ou a Fiança, ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar esta Escritura ou a Fiança;
- k) a Emissora ou as Fiadoras não possuem, individualmente, na data de assinatura desta Escritura, quaisquer contingências ou passivos de qualquer natureza, inclusive fiscal, trabalhista ou previdenciária, incorridos direta ou indiretamente, já materializadas ou não, exceto por aquelas indicadas nas demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 30 de junho de 2013;
- l) exceto por leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionados de boa-fé, nas esferas administrativa e judicial ou sanados, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

- m) todas as eventuais operações realizadas pela Emissora com partes relacionadas foram pactuadas em bases e condições de mercado;
- n) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Debenturistas;
- o) adotará todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações prestadas no âmbito desta Escritura;
- p) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, naquela data e para aqueles períodos, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis estabelecidos na regulamentação aplicável; e
- q) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei.

10.2 Cada uma das Fiadoras compromete-se a notificar em até 2 (dois) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- a) Para a Emissora:

RBS Participações S.A.

Avenida Érico Veríssimo, nº 400, bairro Menino Deus,

CEP 90160-180, Porto Alegre - RS

At.: Sr. Claudio Toigo Filho, Sra. Mariana Guedes Silveira e Sr. Luciano De Franceschi Nunes

Telefone: (51) 3218.6171 / 6551 / 6091

Fax: (51) 3218.6070

E-mail: toigo@gruporbs.com.br / mariana.silveira@gruporbs.com.br /

luciano.de.franceschi@gruporbs.com.br

- b) Para as Fiadoras:

RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.

Avenida Ipiranga, nº 1.075, Azenha,

CEP 90169-900, Porto Alegre - RS

At.: Sra. Mariana Guedes Silveira, Sr. Filipe Corbetta Antunes da Cunha e Sr. Luciano De Franceschi Nunes

Telefone: (51) 3218.6171 / 6551 / 6091

Fax: (51) 3218.6070

E-mail: mariana.silveira@gruporbs.com.br / filipe.cunha@gruporbs.com.br /
luciano.de.franceschi@gruporbs.com.br

RBS Mídia, Digital e Participações S.A.

Avenida Érico Veríssimo, nº 400, 6º andar, Menino Deus,

CEP 90160-180, Porto Alegre - RS

At.: Sr. Claudio Toigo Filho, Sra. Mariana Guedes Silveira e Sr. Luciano De Franceschi Nunes

Telefone: (51) 3218.6171 / 6551 / 6091

Fax: (51) 3218.6070

E-mail: toigo@gruporbs.com.br / mariana.silveira@gruporbs.com.br /
luciano.de.franceschi@gruporbs.com.br

RBS TV Comunicações S.A.

Avenida Érico Veríssimo, nº 400, Menino Deus,

CEP 90160-180, Porto Alegre - RS

At.: Sr. Cláudio Toigo Filho, Sr. Filipe Corbetta Antunes da Cunha e Sr. Luciano De Franceschi Nunes

Telefone: (51) 3218.6171 / 6551 / 6091

E-mail: toigo@gruporbs.com.br / filipe.cunha@gruporbs.com.br /
luciano.de.franceschi@gruporbs.com.br

Fax: (51) 3218.6070

c) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

CEP 22753-702, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) e/ ou Sr. Marco Aurélio Ferreira
(Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotruster.com.br / backoffice@pentagonotruster.com.br

d) Para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
CEP 04344-902, São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
Fax: (11) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

e) Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
Fax: (11) 2797-3140
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

f) Para a CETIP:

CETIP S.A – Mercados Organizados
Avenida República do Chile, 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481
Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 – São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na cidade de São Paulo, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou das Fiadoras prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.6 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

11.7 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles,

bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

11.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

11.9 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.10 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.11 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

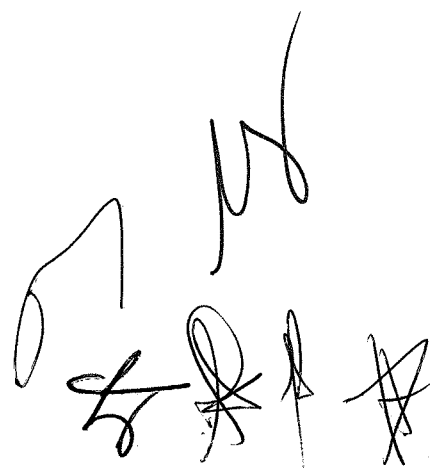
12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

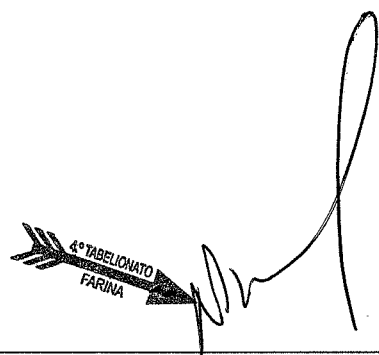
E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 2 de setembro de 2013.

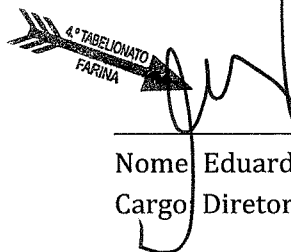
(assinaturas nas páginas seguintes)

The block contains several handwritten signatures in black ink. There are two large, stylized signatures at the top, and a group of four smaller, more distinct signatures below them. The signatures appear to be of legal or official nature, consistent with the document's context.

(Página de assinaturas 1/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RBS Participações S.A." celebrada entre RBS Participações S.A. e PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, em 2 de setembro de 2013)

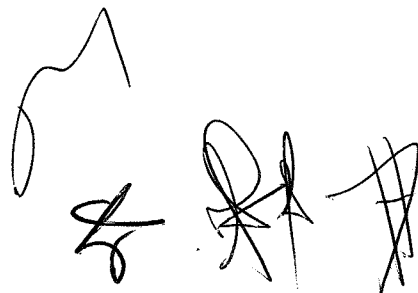


RBS PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: Nelson Pacheco Sirotsky
Cargo: Diretor-Presidente

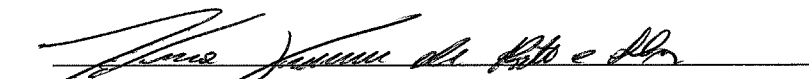
Nome: Eduardo Sirotsky Melzer
Cargo: Diretor Vice-Presidente



(Página de assinaturas 2/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RBS Participações S.A." celebrada entre RBS Participações S.A. e PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, em 2 de setembro de 2013)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS




Nome: Pedro Henrique Ribeiro de Oliveira de Brito e Silva
Cargo: Procurador

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15º Cartório de Notas
Bel. João Roberto de Oliveira Lima
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-6100 - www.15notas.com.br

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA, em documento COM VALOR econômico, dou fé.
São Paulo, 02 de setembro de 2013.

ISAIAS MELO DE LIMA - ESCRIVENTE AUT. (Qtd 1: Total R\$ 6,50)
1 Ato: AA-51/868

VALIDO SOMENTE COM O SELLO ELETRONICO

AB508231

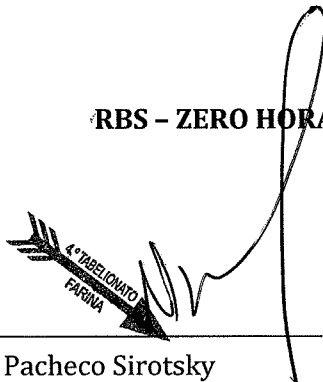





(Página de assinaturas 3/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RBS Participações S.A." celebrada entre RBS Participações S.A. e PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, em 2 de setembro de 2013)

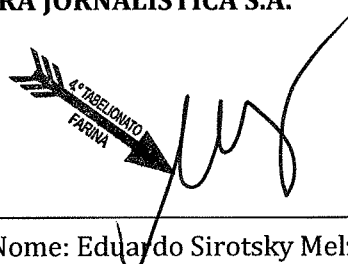
FIADORAS:

RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.



4ª TABELONATO FARINA

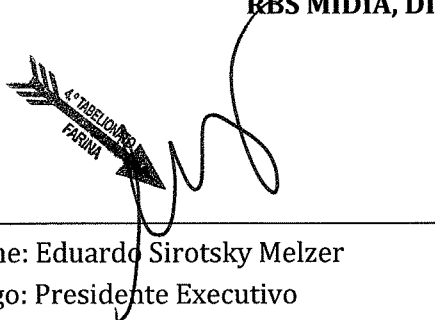
Nome: Nelson Pacheco Sirotsky
Cargo: Diretor-Presidente



4ª TABELONATO FARINA

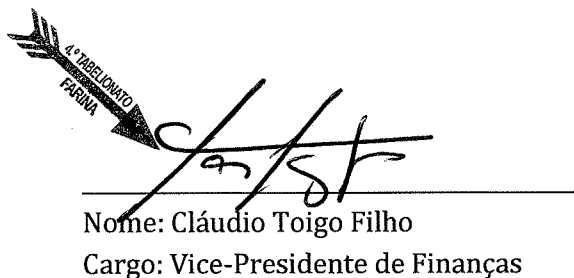
Nome: Eduardo Sirotsky Melzer
Cargo: Vice-Presidente Executivo

RBS MÍDIA, DIGITAL E PARTICIPAÇÕES S.A.



4ª TABELONATO FARINA

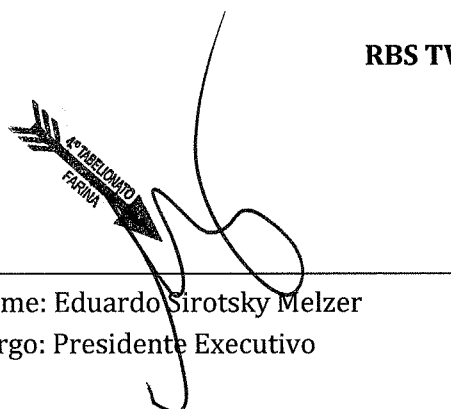
Nome: Eduardo Sirotsky Melzer
Cargo: Presidente Executivo



4ª TABELONATO FARINA

Nome: Cláudio Toigo Filho
Cargo: Vice-Presidente de Finanças

RBS TV COMUNICAÇÕES S.A.



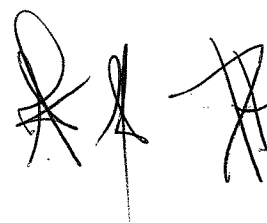
4ª TABELONATO FARINA

Nome: Eduardo Sirotsky Melzer
Cargo: Presidente Executivo



4ª TABELONATO FARINA

Nome: Cláudio Toigo Filho
Cargo: Vice-Presidente de Finanças



4º TABELIONATO **4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE**
 Av. Azenha, 1152 - CEP 90160-006 - Fone/Fax: (51) 3230-9900
TABELIÃO: RUBENS REMO FARINA

Reconheço a **AUTENTICIDADE** das firmas de CLAUDIO TOIGO FILHO e
 EDUARDO SIROTSKY MELZER que assinam por RBS TV COMUNICAÇÕES S/A
 indicadas com as setas de uso deste tabelionato, do que dou fé.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 Porto Alegre, RS, 02 de setembro de 2013
 Luisa Nichele Zanella - Escrevente Autorizada - 17.10.06.1628131-25352114
 Emol: R\$ 9,40 + Selo digital: R\$ 0,60 - 045.01.1300023.09424a 09425
VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

4º TABELIONATO **4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE**
 Av. Azenha, 1152 - CEP 90160-006 - Fone/Fax: (51) 3230-9900
TABELIÃO: RUBENS REMO FARINA

Reconheço a **AUTENTICIDADE** das firmas de NELSON PACHECO SIROTSKY e
 EDUARDO SIROTSKY MELZER que assinam por RBS - ZERO HORA EDITORA
 JORNALÍSTICA S/A, indicadas com as setas de uso deste tabelionato, do que dou
 fé.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 Porto Alegre, RS, 02 de setembro de 2013
 Luisa Nichele Zanella - Escrevente Autorizada - 17.03.29.1628129-28012114
 Emol: R\$ 9,40 + Selo digital: R\$ 0,60 - 045.01.1300023.09404a 09405
VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

4º TABELIONATO **4º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE**
 Av. Azenha, 1152 - CEP 90160-006 - Fone/Fax: (51) 3230-9900
TABELIÃO: RUBENS REMO FARINA

Reconheço a **AUTENTICIDADE** das firmas de EDUARDO SIROTSKY MELZER e
 CLAUDIO TOIGO FILHO que assinam por RBS MÍDIA DIGITAL E
 PARTICIPAÇÕES S/A, indicadas com as setas de uso deste tabelionato, do que
 dou fé.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
 Porto Alegre, RS, 02 de setembro de 2013
 Luisa Nichele Zanella - Escrevente Autorizada - 17.08.00.1628130-24809114
 Emol: R\$ 9,40 + Selo digital: R\$ 0,60 - 045.01.1300023.09415a 09415
VALIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

(Página de assinaturas 4/4 da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RBS Participações S.A." celebrada entre RBS Participações S.A. e PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, em 2 de setembro de 2013)

Testemunhas:

1.

Nome: Luclano De Franceschi Nunes
Advogado OAB/SC 18.643-B
RG:

2.

Nome: MARIANA GUEDES SILVA
RG: 3002531824



Este Anexo I é parte integrante da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da RBS Participações S.A." celebrada entre RBS Participações S.A. e PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, em 2 de setembro de 2013)

ANEXO I ÍNDICE FINANCEIRO

1. A partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento, o resultado da Dívida Líquida dividido pelo EBITDA do consolidado da RBS TV Comunicações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A. ("Índice Financeiro") não poderá ser superior a 4,00x (quatro vezes). O Índice Financeiro deverá ser calculado pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário semestralmente e medido por empresa de auditoria registrada na CVM, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas da RBS TV Comunicações S.A. e RBS Mídia, Digital e Participações S.A., auditadas pelos auditores independentes da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento das respectivas demonstrações financeiras pelo Agente Fiduciário, sendo que a primeira verificação se dará com base no balanço de 31 de dezembro de 2013.

2. Define-se:

Dívida Líquida	Significa o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos bancários, valores mobiliários de renda fixa, no passivo, subtraído do somatório das rubricas caixa, aplicações financeiras e valores mobiliários do ativo.
EBITDA	Resultado Operacional antes de equivalência patrimonial e resultados financeiros excluindo as despesas de depreciação, amortização e <i>impairment</i> de ágio.

Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo do Índice Financeiro, a Emissora e os Debenturistas que representem, em conjunto, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para definir novo Índice Financeiro equivalente que reflita as condições acordadas para efeitos desta Escritura.